

EM QUE SENTIDO DEVE-SE ENTENDER A TOLERÂNCIA NUM MUNDO NÃO SÓ DE DIFERENTES, MAS TAMBÉM DE DESIGUAIS, DE DOMINADORES E DOMINADOS?¹

Lucas de Oliveira Simões*

Mariana Camin Samora**

Tiago Resende Finzi***

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o conceito de tolerância, abarcando sua dimensão apoiada na diversidade cultural, procurando discutir o processo de globalização e seus desdobramentos no cenário atual. Neste sentido, o *apartheid* ou separação social se apresenta como uma das características mais marcantes deste processo, denunciando a intolerância para com a pobreza no Brasil contemporâneo. Tal discussão permeará a análise de livros didáticos da disciplina de História, a fim de traçar um panorama que demonstre como a temática referida é tratada, tendo em vista o apontamento de alternativas para o trabalho do professor de História e sua relação com o livro didático.

Palavras-Chave: Globalização. Tolerância. *Apartheid* Social. Desigualdade. Livro Didático.

Abstract: This article has the objective to present the concept of tolerance, observing its dimension based on cultural diversity, with the aim to discuss the globalization process and its consequences nowadays. In this respect, *apartheid* or social exclusion is one of its strongest characteristics, denouncing poverty intolerance in Brazil. Such discussion will involve the

¹ CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre a diversidade e desigualdade*. São Paulo. UNESP, 2003. s/p.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia e integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História, Cidade e Trabalho.

** Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino e Graduação – PIBEG – no projeto intitulado *História da África, cultura afro-descendente, e diretrizes curriculares: um desafio para o ensino de História*, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida e integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Cidade e Trabalho.

*** Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino e Graduação – PIBEG – no projeto intitulado *História da África, cultura afro-descendente, e diretrizes curriculares: um desafio para o ensino de História*, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida e integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História, Cidade e Trabalho.

analysis of History school books in order to display how this issue is dealt with, considering alternatives for the History teacher and his connection with the school book.

Keywords: Globalization. Tolerance. Social Apartheid. Unequal. School Book.

1. Repensando o conceito de tolerância e *apartheid* social no cenário atual de globalização

Tendo como pano de fundo o processo de globalização e a política neoliberal tão em voga no cenário mundial e, estabelecendo como recorte temático o Brasil, procuraremos neste artigo realizar uma análise crítica do material didático utilizado na disciplina de História, mais especificamente aquele empregado no ensino fundamental, procurando identificar até que ponto o *apartheid* ou *apartação social*² será discutido, nas linhas e entrelinhas, dos livros didáticos, bem como, de que forma a intolerância para com a pobreza e a miséria advindas ou mesmo agudizadas por estes processos aparecem nestes relatos.

A proposta, portanto, para as considerações que se seguem é discutir o conceito de tolerância para que possamos entender melhor o inverso desta mesma moeda – à intolerância para com a pobreza. Fica evidente que tal prática torna-se mais visível à medida que consideramos na íntegra todo o processo de *apartação social* no Brasil, aliado a uma busca constante de mecanismos que nos permitam desenvolver uma análise e discussão sobre a maneira com a qual o livro didático propõe trabalhar esta mesma temática.

Ao final desta discussão esperamos apresentar possibilidades outras, para o tratamento da pobreza tão presente em nossa sociedade, que possam ser trabalhadas em sala de aula, uma vez que a educação demonstra ser uma importante ferramenta para a supressão das desigualdades sociais.

Assim sendo, o conceito de tolerância aqui adotado faz menção e, conseqüentemente, repercute as principais discussões presentes no *Encontro sobre a Tolerância na América Latina e no Caribe*, realizado no ano de 1994 na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um sentido de tolerância concebido a partir das culturas dos povos latino-americanos e caribenhos, conscientes da exploração e da marginalização sofridas ao longo de sua história.

² Ver a respeito: BUARQUE, Cristovam. “O que é *Apartação*? O *apartheid social* no Brasil”. São Paulo. Brasiliense, 1993.

“Num primeiro momento o conceito de tolerância nos remete a uma relação vertical entre os seres humanos e, portanto, antiética, uma vez que pressupõe uma situação de desigualdade. Ou seja, alguém se coloca como modelo, pois se julga mais civilizado, de uma cultura superior e toma alguma atitude de benevolência em relação a um outro julgado menor ou desvio.”³

Partindo do ponto de vista acima destacado vale considerar que o conceito de tolerância assumiu nos dias atuais algo de relevante frente à questão da diversidade humana.

Os sentidos possíveis de tolerância, carregados de conotação histórica, revelam um projeto de universalidade e homogeneidade marcado pela dominação e/ou sobreposição dos indivíduos de uma maneira geral. Diante desta acepção, a tolerância supõe uma relação humana entre desiguais, onde aquele que é tido como superior faz concessões ao inferior. Em outras palavras, ao ato de tolerar está intrínseca uma atitude necessária de “suportar”, ou, simplesmente, “aceitar com compaixão” o próximo.

Em se tratando, mais especificamente, deste conceito de tolerância é possível afirmar que o mesmo se estabelece, constrói e se intensifica, ao longo dos anos, na medida em que as relações existentes entre dominadores e dominados tornam-se mais latentes em nossa sociedade; na tentativa de se preservar a ordem universal procura-se tolerar (lê-se, suportar) o seu próximo sem, contudo, procurar reconhecer sua alteridade. Trata-se, portanto, de um sentido de tolerância entendido enquanto sinônimo de passividade, acomodação e/ou omissão diante de um sistema opressor e injusto.

Se nossa intenção é propor o reconhecimento da diversidade cultural, contrapondo-a a hegemonia de uma cultura que domina e marginaliza as outras devemos, pois, considerar que esta conquista plena da tolerância está longe de ser alcançada.

O valor da tolerância que pretendemos implica, necessariamente, o reconhecimento e o respeito pleno do outro, bem como o estabelecimento de limites e princípios que devem ser seguidos pelos mais diversos grupos sociais – independente de classe, gênero, etnia e/ou valores religiosos, políticos e ideológicos – caso nosso propósito seja preservar os direitos universais e inalienáveis da pessoa humana.

É, justamente, por isso que o ato de “tolerar” não significa uma aceitação passiva entre os diferentes; ao contrário, esta seria a falsa tolerância que se encontra presente apenas nas palavras vãs de cada legislação ou discurso democrático. Se quisermos pregar a tolerância como de fato deve ser, é preciso,

³ CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Op. cit.*

pois, partir de uma matriz produtiva e distributiva das riquezas em escala global e nacional. Não é possível haver tolerância em regimes e relacionamentos marcados pela desigualdade.

Neste sentido, a construção de uma cultura da tolerância implica em uma ação prática e positiva voltada para a superação definitiva das desigualdades sociais. O marco da tolerância está, portanto, centrado na “igualdade” entre os seres, seja por meio da satisfação de necessidades básicas da grande maioria dos excluídos sociais, seja por meio da superação de preconceitos das mais diversas espécies.

Como vemos, tolerar não implica apenas em respeitar a diversidade cultural, não somente. Implica também em contrapor-se a um cenário de exploração e usurpação em que se encontra a maioria dos indivíduos que vivem a mercê de uma cultura dominante que, a bel prazer, domina e marginaliza as demais classes e grupos.

Em suma, a busca constante de alternativas de desenvolvimento sócio-econômico aos modelos que produzem e reproduzem a desigualdade social constituem elementos fundamentais caso nosso intuito seja, de fato, extrair da nossa sociedade qualquer manifestação, por mais singela que seja, de intolerância.

Se tivermos sempre em mente que a “(...) *tolerância tem primeiro um sentido de libertação de todas as formas de intolerância sofridas (...)*”⁴, talvez possamos almejar ser uma sociedade que, além de respeitar e aceitar as culturas ditas diferentes tenha consciência clara da identidade e do valor de sua própria cultura, bem como, dos indivíduos que a constitui.

Desta forma, tendo como eixo de discussão a desigualdade como fator que compactua com a intolerância e a perpetua, procuraremos discuti-la, inserida e intensificada pelo processo de globalização, gerando a apartação social e, denunciando, necessariamente a intolerância para com a pobreza em um mundo “sem barreiras” – um mundo no qual a maioria dos indivíduos se sujeita as mais humilhantes situações para ter acesso a uma tênue parcela da riqueza mundial, em contraposição a uma ínfima parcela que vive em um mar de luxo e ostentação.

Refletir sobre o impacto da globalização, tendo como referente os cenários culturais, constitui um exercício intelectual a exigir reflexões preliminares. O que se sabe, e na verdade, o que se vê, é que, na prática, há determinados “paradoxos” (o que significa pensar em movimentos, situações ou conceitos contrários) que engendram todo este processo no qual a nossa sociedade está inserida.

Sabemos que o que se costuma chamar de “globalização” apresenta-se, aparentemente, como um conjunto de processos de homogeneização e, ao

⁴ *Idem.*

mesmo tempo, de fragmentação articulado no mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las; verifica-se, portanto, uma grande dificuldade de se incluir num único sistema as várias dimensões implicadas neste processo.

Por vezes, durante todo este processo, questionam-se a capacidade de se criar laços sociais a partir de uma teoria globalizadora que, em seus cálculos econômicos, não levam em conta os custos sociais do processo.

Um dos principais obstáculos para que os cidadãos acreditem nos projetos de integração supranacional são os efeitos negativos dessas transformações nas sociedades nacionais e locais. É difícil, pois, obter consenso popular para mudanças nas relações de produção, comércio e consumo que tendem a depreciar os vínculos das pessoas com seu território nativo, a suprimir postos de trabalho e a achatar os preços dos produtos locais, ou seja, que constantemente promovam a intensificação dos processos de concentração, polarização e marginalização, ampliando o caráter excludente do capitalismo.

Para que esta reorganização fosse possível, a estrutura do mercado de trabalho se adaptou, e ainda hoje se adapta, ao novo paradigma produtivo e tecnológico, cujas palavras de ordem são: produtividade, competitividade e lucratividade. Porém, tal adaptação está sendo feita, a olhos vistos, com um custo social bastante elevado, o que, poderá acarretar consequências drásticas e imprevisíveis às próximas décadas.

A ruptura de compromisso, o distanciamento das relações sociais (patrões e empregados) traz consigo um mercado no qual o emprego regular com segurança, salários reais e vantagens sociais, começam a se tornar algo escasso para a maioria; em seu lugar, surge o emprego temporário, parcial, casual, além das outras modalidades que representam, na verdade, o chamado “emprego disfarçado”, cujas condições de trabalho são tidas como num patamar muito abaixo dos padrões aceitáveis.

Como podemos perceber dentro deste processo a globalização é vivida como uma invasão extraterrestre; muitos são aqueles que desconfiam ou questionam seus objetivos, muitos são aqueles que, deliberadamente, não duvidam deste “modo de governar”.

Neste contexto nos caberia indagar: como enfrentar este mundo, ou, esta nova política onde poucos observam a muitos? Ou melhor, onde poucos são os privilegiados e muitos são os excluídos?

As mudanças fundamentais na história da humanidade podem ocorrer quando se muda a economia ou o poder. Isto, porém, não implica que eles (economia e poder) sejam alvos exclusivos e prioritários na estratégia de mudança ou de construção da globalização. Significa, na realidade, dizer que eles representam condição necessária neste processo, mas não suficiente. Somos nós homens que criamos as condições necessárias para a vida humana em sociedade; somos nós que devemos nos redefinir como cidadãos de um mundo globalizado.

O que se propõe, neste instante, é a própria mudança cultural, no sentido de que, a própria sociedade deva criar as condições para uma mudança tanto na economia, nos mercados, nos Estados, enfim, em todo o processo de globalização.

Trata-se, no final das contas, não apenas de lutar por direitos e interesses próprios, mas por direitos de cidadania que são negados aos famintos, miseráveis e excluídos de toda espécie. O fato é que, a possibilidade de intervenção neste processo de globalização reside não somente em nossa competência ou criatividade; a nossa ação política junto ao sistema de poder e de mercado, por uma globalização democrática supõe, antes de tudo, o fortalecimento das próprias sociedades civis em que nos inserimos. O desafio é combinar estes dois pólos. O seu enfrentamento, certamente, moldará uma outra globalização.

Levando-se em consideração todos os argumentos referentes à globalização resta-nos destacar uma de suas características mais marcantes, a apartação social capaz de ocasionar um sentimento de intolerância nos mais diversos níveis.

“No Sul, no Leste e no Norte, uma minoria social privilegiada acumulou grande riqueza em prejuízo de grande maioria da população. Essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Ela gera o apartheid social, estimula o racismo e os conflitos étnicos, solapa os direitos das mulheres e, freqüentemente, precipita países em confrontos destrutivos entre nacionalidades. Além disso, as reformas – visto que são aplicadas simultaneamente em mais de cem países – levam a uma globalização da pobreza, processo que aniquila a subsistência humana e destrói a sociedade no Sul, no Leste e no Norte.”⁵

O processo de globalização com seu discurso de mundo interligado e sem fronteiras encoberta determinadas questões de cunho social que afetam, principalmente, os países do terceiro mundo onde a distribuição de renda se dá de forma desigual.

Constrói uma sociedade que não está preocupada, unicamente, em adquirir e/ou usufruir produtos tidos como fundamentais para a manutenção da vida, mas desenvolve-se nas pessoas o desejo crescente de consumir toda uma variedade de produtos e tecnologias considerados supérfluos – perpetua-se e intensifica-se a idéia de “sociedade do descartável”.

No Brasil, a globalização é capaz de produzir semelhante encanto, porém com uma “singela” diferença: aqui apenas a elite, uma ínfima parcela da população,

⁵ CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: A polarização social e a concentração da riqueza. In: *A Globalização da Pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999. Página 27.

tem condições de manter um padrão de compra parecido com o dos países considerados desenvolvidos; em contrapartida, o restante, ou a maioria pobre, não tem sequer a chance de adquirir os bens necessários a sua sobrevivência.

Além do mais, todo esse desenvolvimento tecnológico faz com que a demanda por mão-de-obra se torne cada vez mais escassa o que, de certa forma, só vem colaborar para a intensificação das desigualdades sociais que já se encontram em estágio tão elevado.

Compartilhando com as reflexões de Cristovam Buarque resta-nos a nítida impressão de que no decorrer dos anos conviveremos com a gradativa eliminação dos miseráveis pela fome, pois estes vivem agora dos restos do sistema.

*“Passam a viver das sobras do sistema: o único ponto de tangencia entre eles e os incluídos, está no lixo. A sobra de empregos temporários e a sobra de lixo das casas, dos restaurantes, dos supermercados; e a sobra monetária, nas esmolas aos pedintes, e nas gorjetas aos que cuidam de carros e aos que ajudam a transportar comida entre os supermercados e os estacionamentos.”*⁶

Nas sociedades atuais percebemos um novo tipo de exclusão que não é somente a racial, mas também a social. Nas sociedades capitalistas observamos uma clara separação entre ricos e pobres, que se dá de variadas formas, seja pela criação de novos espaços de convivência, seja por meio de barreiras geográficas ou arquitetônicas.

Ao analisarmos a estrutura das cidades brasileiras é possível notar que, em virtude de determinadas situações, surgiram certos ambientes mais “isolados” se comparados a tantos outros; de fato, isso advém de uma tentativa, por parte dos mais abastados, de impedir que uma parcela considerável da população tenha acesso a todo e qualquer tipo de ambiente, principalmente, quando esta “restrição” se dá em virtude de questões financeiras.

Os ricos passaram, de uns tempos pra cá, a se isolar em condomínios fechados – pequenos “feudos” –; este “refúgio” permite a uma parcela restrita de nossa sociedade gozar de uma maior segurança, além de todo o luxo e conforto que sua condição financeira possibilita comprar. Nestes casos, os menos favorecidos socialmente passam a ser “tolerados” enquanto meros serviços ao seu dispor.

Este tipo de exclusão, denominada *apartheid social*, contribuiu para a criação de uma sociedade onde o rico não se sente, de maneira alguma, como pertencente e/ou merecedor das mesmas condições disponibilizadas para os demais

⁶ BUARQUE, Cristovam. *Op. cit.*, p.39.

membros da população. Isso acaba gerando um sentimento de intolerância em relação ao outro – principalmente, àquele que é pobre – na medida em que começa a aparecer um sentimento de superioridade das elites com relação aos mais necessitados.

Note que é uma diferença que se torna visível com o passar dos dias, mas não, necessariamente, uma diferença em relação à cor, sexo ou religião; ao contrário, uma diferença que se estabelece no plano social das mais diversas formas, mas, principalmente, entre os que têm acesso à riqueza ou ao trabalho moderno e àqueles milhares de pobres, excluídos e marginalizados pertencentes às tão famosas ilhas de riquezas globais. Neste sentido, os outros tipos de marginalização ou exclusão, passam a se articular de forma sistemática a esta nova face da intolerância, representada pela exclusão social.

Neste cenário que vislumbramos atualmente, a intolerância à pobreza ganha mais espaço. A violência acaba por se tornar o grito dos oprimidos contra o regime segregacionista que não aceita o pobre e nem cria as condições para a sua inserção digna na sociedade.

A passagem a seguir retirada do texto “*O que é apartação? O apartheid social no Brasil.*”, do autor Cristovam Buarque, sintetiza bem a realidade da desigualdade em nossa sociedade, apontando os indícios da intolerância para com a pobreza e miséria:

“Um dia destes, no estacionamento de um McDonald’s, em Brasília, dois jovens dentro de um carro se divertiam despejando batata frita no chão para que pivetos pobres fossem atrás catando. Quem assistia, se não se divertia também, perguntava-se por que, no Brasil, isto é possível. O que faz com que um grupo se divirta daquela forma e outro rasteje daquele jeito?

Se se sentissem semelhantes aos pivetos, os jovens do carro e os que assistiam teriam alguma solidariedade com a pobreza. Os jovens não fariam aquilo, ou os assistentes não deixariam que eles tentassem. Por outro lado, os pivetos, se sentissem um mínimo de dignidade, teriam assaltado os donos do carro em vez de rastejar pelas batatas fritas.

O que permitiu a cena repugnante foi que os donos do carro se sentiam diferentes dos pobres pivetos. E estes além de terem medo dos atentos vigilantes, viam no lixo que vinha dos ricos a única forma de matar a fome. Apesar da língua comum, da mesma bandeira, de poderem votar no mesmo presidente, os dois grupos se sentiam apartados um do outro, como seres diferentes.

É isso que caracteriza o apartheid. O que disfarça sua ocorrência no Brasil é que os pivetos ainda podem chegar perto dos McDonald’s e muitas pessoas se chocam com uma cena como essa de Brasília.

Mas isso esta mudando. Pouco a pouco os brasileiros ricos e quase ricos,

começam a assumir a diferença em relação aos pobres e se acostumar com a miséria ao lado, construindo mecanismos de separação. Por isso, é preciso despertar para o problema. Entender o que está ocorrendo e apresentar alternativas.”⁷

Foi a partir deste cenário de crise e, até mesmo, colapso do sistema “global”, que nos apoiamos para escolher a temática da intolerância para com a pobreza no Brasil contemporâneo, tendo como principal motivação a seguinte reflexão: *“Em que sentido deve-se entender a tolerância num mundo não só de diferentes, mas também de desiguais, de dominadores e dominados?”⁸*

Com certeza esta é uma pergunta que não pode ser respondida objetivamente, entretanto é uma questão que serviu para nortear nossas reflexões e que deve permanecer na consciência de todos nós para que tenhamos sempre em mente a condição de degradação em que se encontra nossa sociedade, procurando discutir positivamente a respeito de alternativas para a superação das desigualdades que se engendram em nosso país.

2. Nas entrelinhas do livro didático: uma análise e crítica sobre o processo de aparação social

A proposta para análise dos livros didáticos, tal como foi mencionado anteriormente, consiste em uma pesquisa acerca do tratamento que é dispensado a temática da globalização e da intolerância para com a pobreza na sociedade em que vivemos; desvendando, até que ponto, este assunto é tratado nas linhas e entrelinhas do livro didático de História.

De modo geral, algumas problemáticas se apresentam sistematicamente em todos os livros analisados⁹. Um primeiro aspecto a ser levantado, é o fato do próprio conteúdo referente ao mundo e a sociedade contemporânea estar sempre disposto nas últimas páginas e capítulos do livro didático; um segundo aspecto observado se refere a uma tendência característica de todos os livros em valorizar os supostos “benefícios” do processo de globalização em detrimento dos “malefícios” advindos deste processo; e, finalmente, quanto a um terceiro, e último, aspecto vale destacar uma tendência comum a estes livros quanto à “fragmentação” dos conteúdos – característica esta prejudicial ao ensino da disciplina de História, uma vez que se torna inviável traçar um panorama acerca de todo o processo histórico descolado da realidade e do cotidiano dos alunos.

⁷ *Idem*, p. 09.

⁸ CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Op. cit.*

⁹ Verificar a listagem no final.

Primeiramente, no que se refere à disposição dos capítulos referentes à globalização – que como vimos estão localizados sempre no final de cada volume – é possível pensarmos que, talvez, a análise histórica da sociedade contemporânea seja um inconveniente para as próprias forças políticas que regem nossa sociedade; em outras palavras, a formação intelectual das futuras gerações baseadas na consciência política e na crítica à sociedade contemporânea pode acabar gerando certo “desconforto” para as administrações públicas, bem como abalar a ordem vigente em nossa sociedade – o que, supostamente, poderia prejudicar o “progresso”, até então, alcançado pelas minorias detentoras do capital e do poder.

É claro que, quando pensamos desta forma, estamos constatando que ainda convivemos, embora de forma velada, com certo autoritarismo de outros tempos, que marcava o jogo de relações sociais e, principalmente, da educação, a fim de manter a ordem e o “progresso” de nossa sociedade.

Outro aspecto significativo que emergiu da análise do material apresentado pelos livros didáticos se refere ao modo como é tratada a relação entre “benefícios” e “malefícios” do processo de globalização e, necessariamente, das políticas neoliberais. Apesar de presenciarmos no material, referências às vantagens e desvantagens deste processo há uma nítida valorização daquelas características que apresentam a globalização como um momento de grandes progressos tecnológicos e econômicos, tais como o surgimento e evolução dos computadores e, principalmente, dos avanços tecnológicos no campo das comunicações, além de ressaltar em alguns momentos a economia de mercado e do capital financeiro e especulativo.

Enquanto que, em breves momentos, verificamos algumas menções ao aumento e a agudização das desigualdades sociais em países considerados como “em desenvolvimento”, bem como das dificuldades em se lidar com o convívio com a diversidade cultural das inúmeras etnias que compõem o tecido social mundial, cabe aqui considerar que este convívio se dá de forma mais intensa e constante com o avanço tecnológico dos meios de comunicação, como a internet, que permitiu nos últimos tempos a aproximação com os outros mundos que compõe a diversidade cultural de nosso planeta. Estas dificuldades em se compreender o outro, mais presente agora do que nunca, acabou intensificando em muitos casos a intolerância racial, religiosa, cultural e, principalmente, social.

Mais uma vez, tal característica pode ser um indício das intenções ideológicas e políticas que estão presentes no conteúdo dos livros didáticos, demonstrando novamente o risco que se apresenta ao se considerar o livro didático como o principal recurso didático do professor de História. Neste sentido, a utilização acrítica e apolítica do livro didático podem gerar a alienação com os processos que acabam ocasionando e perpetuando a desigualdade e a intolerância social.

Assim sendo, parece haver uma dificuldade, no livro didático de História,

em se trabalhar com temas ligados à História do Presente, cabendo ao professor perceber esta discrepância presente no material didático disponível, procurando estabelecer o diálogo com outras fontes a fim de se apresentar aos alunos uma discussão que possa contribuir com a formação intelectual destes, aproximando-os de suas realidades e do seu cotidiano – em outras palavras, perceber que é de extrema importância estabelecer uma discussão historiográfica em sala de aula visando uma tomada de consciência frente às inúmeras possibilidades de transformação da realidade social vivenciada.

As características apresentadas, anteriormente, surgidas da análise crítica do livro didático, bem como a dificuldade que parece eminente em se tratar a História do Presente por meio destes materiais, são sintomas da “fragmentação” dos próprios conteúdos, que acabam gerando a falta de noção por parte dos alunos de processo histórico. Esta dificuldade, muitas das vezes intencional, acaba determinando a manutenção da alienação e, até mesmo, do autoritarismo que já mencionamos anteriormente.

Assim sendo, a supressão desta problemática pode ser considerada a principal ferramenta para aqueles que pretendem trabalhar com o livro didático, já que este se apresenta como um importante acessório para a construção do conhecimento histórico.

Se forem capazes de não perder de vista esta noção de processo, os alunos, em sua maioria, passarão a compreender a História como um organismo vivo e dinâmico, capaz de capacitá-los a lidar, de forma crítica e transformadora, com os diversos problemas que, porventura, possam surgir em suas vidas. Esta é a grande contribuição que a História pode trazer para a vida de milhares de jovens que estão em vias de formação e que, em breve, constituirão a elite intelectual e política de nosso país.

Não cabe aqui apenas a crítica pela crítica do livro didático, bem como da sua utilização pelos professores de História, pois ele se apresenta como um importante instrumento no processo de construção do conhecimento histórico, desde que utilizado criticamente, sendo considerado como mais uma entre o vasto universo de fontes para a análise histórica.

A utilização de jornais, revistas, fotos, músicas, filmes¹⁰ apesar das sabidas dificuldades infra-estruturais da maioria das escolas públicas de nosso país, é de fundamental importância para o fomento da noção de processo nos alunos, que se apresenta com uma importância fundamental no ensino de História. Este diálogo com outras fontes, bem como outras disciplinas, buscando a interdisciplinaridade, é, portanto, a chave para um trabalho bem sucedido na obtenção da construção do conhecimento histórico.

¹⁰ ver as dicas de materiais didáticos a serem trabalhados em sala de aula no final do artigo.

3. A utilização das charges na sala de aula: uma alternativa viável

A utilização de charges em sala de aula se apresenta como uma ferramenta didática interessante, uma vez que a obtenção destas se torna cada vez mais fácil com a disseminação da internet. Tal utilização envolve a compreensão e interpretação da charge, visando o desenvolvimento da criatividade do aluno, a partir das inferências que este pode realizar de acordo com seu conhecimento de mundo.

Um outro aspecto importante na utilização das charges é a sua proximidade com o cotidiano, pois elas são geralmente encontradas em jornais, revistas e internet, tratando temas atuais e marcando épocas. Além disso, permitem que o aluno passe a entender a imagem como discurso, atribuindo-lhe sentidos sociais e ideológicos.

Por mais óbvio que nos pareça perceber e, ainda, entender uma charge, na prática, não é tão evidente assim. Quantas vezes nos damos conta de que desconhecíamos os personagens desenhados no texto e, por isso, não compreendemos a mensagem do autor. A charge requer, acima de tudo, uma relação de percepção e de sensibilidade entre o leitor e o chargista, pois, do contrário, haverá dificuldades para o entendimento, ou mesmo, ausência total de comunicação entre o enunciador e o co-enunciador.

Ainda com relação a esse ponto – o ensino –, pensamos a charge, enquanto gênero textual, um instrumento capaz de desenvolver estudos, conforme mencionamos, sobre diferentes assuntos relacionados à História, de forma prazerosa.

Com base no exposto, entendemos que o ensino de História, a partir do gênero em questão, tem condição de proporcionar momentos agradáveis; diferente do que vemos, em várias escolas, no que tange às reações dos alunos.

Dessa maneira, tornar a produção do conhecimento histórico uma atividade agradável, é importante, pois faz com que haja maior interesse das partes envolvidas no processo. Assim, conseqüentemente, o mergulho nas diferentes linguagens pode ser cada vez mais fundo, contribuindo para a formação crítica e política dos alunos, fazendo com que o ensino de História se aproxime cada vez mais da realidade destes jovens de uma forma mais agradável e interessante.

4. Considerações finais

Pensar em alternativas para contornarmos a crise pela qual estamos passando é de fundamental importância, onde a educação se apresenta como um instrumento salutar nesta luta.

A globalização e seus efeitos, sejam eles bons ou ruins, deve ser vista com olhos críticos e atentos, uma vez que é um processo que pode ter conseqüências

trágicas para uma imensa maioria de pessoas que se encontram a margem do sistema, vivendo a custa das “sobras” do mesmo, como já foi discutido anteriormente.

O livro didático, neste sentido, pode ser um valioso aliado, entretanto, se for mal utilizado pode contribuir para a alienação e, pior, perpetuar a intolerância para com a pobreza e a apartação social.

Cabe ao professor assumir a responsabilidade de ensinar com consciência visando o desenvolvimento do senso crítico e de transformação dos alunos, uma vez que estes constituirão em breve a elite intelectual e política de nosso país, ficando a cargo destes a mudança social que contribuirão para, senão o fim, mas ao menos a amenização da desigualdade social que marca o nosso tempo.

Fica, enfim, a mensagem extraída da música de Gabriel Pensador, “*Sem Parar*”, que traz uma contribuição significativa para as reflexões que visam combater a desigualdade em nossa sociedade, onde a mudança deve e só poderá começar a partir desta parcela da população marginalizada ou apartada que compõem a maioria da população brasileira.

“Muda, porque quando a gente muda o mundo muda com a gente.

A gente muda o mundo na mudança da mente.

E quando a mente muda, a gente anda pra frente.

E quando a gente manda, ninguém manda na gente.

Na mudança de atitude, não há mal que não se mude e nem doença sem cura.

Na mudança de postura, a gente fica mais seguro.

Na mudança do presente, a gente molda o futuro...”¹¹

Referências:

BIBLIOGRÁFICA

- BARRET-DUCROCQ, Françoise. *Foro Internacional sobre Intolerância*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro. BCD União de Editoras S.A, 2000.
- BUARQUE, Cristovam. *“O que é Apartação? O apartheid social no Brasil”*. São Paulo. Brasiliense, 1993.

¹¹ Trecho extraído da música “*Sem Parar*” de Gabriel Pensador – Álbum: ***Seja Você Mesmo Mas Não Seja Sempre O Mesmo***.

- CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização Imaginada*. Tradução Sérgio Molina. São Paulo. Iluminuras Ltda, 2003.
- CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre a diversidade e desigualdade*. São Paulo. UNESP, 2003.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza: A polarização social e a concentração da riqueza*. In: *A Globalização da Pobreza*. São Paulo. Moderna, 1999.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.
- PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio e PAGOTTO, Carmem Silvia. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo. FIPE/Pioneira, 1983.

➤ **Livros didáticos:**

- ARRUDA, José Jobson. *Nova História moderna e contemporânea*. São Paulo. EDUSC, 2004.
- COTRIM, Gilberto. *História do Brasil – Nova consciência: do século XIX ao século XXI – 6ª série*. São Paulo. Saraiva, 2001.
- MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. São Paulo. Atual, 2004.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. *História e Vida – Dos tempos modernos ao mundo globalizado*. São Paulo. Afiliada, 2004.

5. Dicas de materiais didáticos alternativos

➤ **Filmes:**

- *A Vila (The Village)*. Direção de M. Night Shyamalan, 2004. EUA.
- *Carandiru*. Direção de Hector Babenco, 2002. Brasil.
- *Cidade de Deus (City of God)*. Direção de Fernando Meirelles, 2002. Brasil.
- *Crash - No Limite (Crash)*. Direção de Paul Haggis, 2004. EUA.
- *Dragões de Sangue (Vanishing son)*. Direção de Jonh Nicollela, 1994. EUA.

- *Laranja mecânica* (Clockwork Orange). Direção de Stanley Kubrick, 1971. Inglaterra.
- *Minority Report - A Nova Lei* (Minority Report). Direção de Steven Spielberg, 2002. EUA.
- *Quase Dois Irmãos*. Direção de Lúcia Murat, 2005. Brasil.
- *Show de Trumam* (The Trumam Show). Direção de Peter Weir, 1998. EUA.
- *O Terminal* (The Terminal). Direção de Steven Spielberg, 2004. EUA.

➤ **Músicas:**

- *Admirável gado novo* (Zé Ramalho – Álbum: *A peleja do diabo com o dono do céu*).
- *Dança do Desempregado* (Gabriel O Pensador – Álbum: *Quebra-Cabeça*).
- *Geração Coca-Cola* (Legião Urbana – Álbum: *Legião Urbana*).
- *Miséria S.A* (O Rappa – Álbum: *Rappa-Mundô*)
- *Periferia é Periferia* (Racionais Mc's – Álbum: *Sobrevivendo no Inferno*)
- *Pra não dizer que não falei das flores* (Geraldo Vandré – Álbum: *Geraldo Vandré '1996'*).
- *Sem Parar* (Gabriel O Pensador – Álbum: *Seja Você Mesmo Mas Não Seja Sempre O Mesmo*).
- *Soldado do Morro* (MV Bill – Álbum: *Traficando Informação*).

➤ **Charges**

- www.charges.com.br
- www.humortadela.com.br
- Jornais e revistas de circulação nacional ou regional.